

## **MEMÓRIA DO PAPEL DE GÓIS (1821-1992)**

### **NA PARCERIA COM A INDÚSTRIA PAPELEIRA ESPANHOLA E NA PINTURA DE SALVADOR DALÍ**

João Barreto Nogueira Ramos

jnogueiraramos@gmail.com

#### **RESUMO**

É traçado o perfil da indústria de papel de Góis (Ponte do Sotam), no interior de Portugal, sempre gerida presencialmente pelos seus proprietários, de uma família da sociedade local.

No início dos anos 70 do século XX, o seu desenvolvimento processa-se em ligação com a indústria espanhola, através do Grupo SARRIÓ, então um dos maiores grupos papeleros de Espanha, dando origem à criação de uma unidade transformadora, de capitais portugueses e espanhóis, produzindo papéis de alta qualidade.

Salvador Dali terá pintado um quadro, preservando a memória da empresa. Esta obra de arte, um dos ícones da pintura do século XX, é cogitada como símbolo ibérico da arte do fabrico de papel.

#### **PALAVRAS CHAVE**

Góis, papel, parceria ibérica, memória, arte

#### **ABSTRACT**

In this work we outline the profile of the paper industry of Góis (Ponte do Sotam), in inland Portugal, always managed directly by its owners, from a local society family.

From around 1970, its development progresses in connection with the Spanish paper industry, via the SARRIÓ group, which was at the time one of the most relevant paper industry groups in Spain, and originates the creation of a processing plant with Portuguese and Spanish capital, producing high quality paper.

Salvador Dali will have created a painting, preserving the memory of the company. This work of art, one of the icons of 20th century painting, is thought of as an Iberian symbol of the art of paper making.

#### **KEYWORDS**

Góis, paper, Iberian partnership, memory, art.

## Primórdios<sup>1</sup>

Ano 1821. Estava em curso a revolução liberal. São aprovadas as bases da nova Constituição e El-Rei D. João VI, com a sua Corte, desembarca em Lisboa. Decretam-se medidas anti-senhoriais, nomeadamente abolição de direitos sobre utilização de moinhos, e é criada a primeira instituição bancária para fins comerciais, o Banco de Lisboa, prestando apoio às iniciativas particulares. Por todo o país, o liberalismo económico estava ganhando força, com fundadas esperanças de que findara o tempo de retrocesso em que Portugal se encontrava, principalmente após as perturbações trazidas pelas invasões francesas. Na população estimada em 3 100 000 habitantes, avaliava-se que a totalidade do sector industrial integrava apenas 24 500 operários<sup>2</sup>.

Por outro lado, na vizinha vila da Lousã, a Real Fábrica de Papel da Lousã, um dos emblemas representativos da indústria papelreira, então centenária, monopolizadora do fabrico de papel de escrita no centro e sul do país<sup>3</sup>, era posta à venda em hasta pública<sup>4</sup>, pondo fim a um longo período de decadência que vinha atravessando.



**Figura 1**

É neste contexto e neste ano que José Joaquim de Paula se abalança na instalação de um novo empreendimento papelreiro, no concelho de Góis. Terra do interior, montanhosa, senhorial (doadada em 1114, ainda antes da fundação de Portugal, e desde então, ao longo de sete séculos, mantendo-se sempre na mesma família, de geração em geração), vivendo da agricultura doméstica, do pastoreio e da floresta, a sua principal manufactura era a da alimentação, em engenhos artesanais, pequenos moinhos à beira de cursos de água.

Instala o engenho nas margens da ribeira do Sotam, afluente do rio Ceira, junto à povoação Ponte do Sotam. Segundo a tradição oral, foi preferido ao rio Ceira, de maior caudal, por as suas águas serem vivas, límpidas e possuírem boas características para este tipo de indústria, nomeadamente de baixa mineralização. A qualidade do papel fora uma preocupação, já que o mercado, abastecido até aí pelos bons produtos da fábrica da Lousã, era exigente. Mas se se preponderavam as propriedades da água,

a desvalorização do seu caudal iria ter reflexos no futuro desenvolvimento da empresa. A quantidade, tal como o da produtividade, condicionada que era pela quantidade de folhas que um artesão conseguia produzir<sup>5</sup>, não era propriamente matéria que neste tempo estivesse na primeira linha das prioridades dos empreendedores papeleiros.



Figura 2



Figura 3

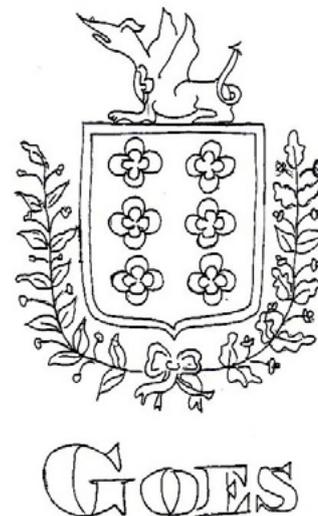


Figura 4

Era um engenho de laboração manual, produzindo folha a folha, personalizadas por marcas de água próprias, como era timbre na época<sup>6</sup>. Por um inventário realizado em 1864, após o falecimento do seu fundador, toma-se conhecimento que possuía, entre outro equipamento, casas<sup>7</sup> do pisão, casa para prensas (oito de madeira e uma de ferro), tinas, caldeiras para fervura de trapo e para cozimento de cola, maços de bater o papel, grades para cortar o trapo, formas de arame para diversos tamanhos, enxugos com cordas de esparto e linho, tudo avaliado em 10 000 réis<sup>8</sup>.

Em 1836, os dois únicos locais do distrito de Coimbra onde se fabricava papel eram Ponte do Sotam e Lousã<sup>9</sup>. Mas seria este distrito um dos três polos onde mais se concentraria a indústria de papel do país, com oito fábricas<sup>10</sup>, nos concelhos Lousã (Penedo, Porto do Boque, Casal do Ermio e Vale das Éguas), Góis (Ponte do Sotam), Miranda do Corvo (Espinho) e Penela (Moinhos da Retorta e Ponte do Espinhal)<sup>11</sup>, dos quais apenas três tiveram dimensão para prosseguir com êxito a laboração: a referida Real Fábrica de Papel da Lousã (Penedo), fundada em 1714, mas já com actividade papeleira desde os fins do século anterior (actual Prado-Cartolinas da Lousã S. A.), a de Góis (Ponte do Sotam), em 1821, e a de Viúva Macieira e Filhos (Porto do Boque), em 1868, que entraria em decadência nos anos 80 do século seguinte, encerrando definitivamente em 1986.

Desde cedo está presente nas exposições de Lisboa, promovidas pela Associação Promotora da Indústria Nacional, fundada em 1837 e berço da futura Associação Industrial Portuguesa.

Em 1859, almejando-se dar o salto para a mecanização, é decidido instalar uma máquina de formação

contínua, removendo-se de Lisboa<sup>12</sup> uma das quatro que então havia no país<sup>13</sup>. Accionada por quatro rodas hidráulicas, uma de diâmetro 4.40 m, as outras de 3.30 m. Na fábrica da Lousã a mecanização seria introduzida apenas na década de 80<sup>14</sup>.

Não havia condições para laborar com eficiência no novo processo, nomeadamente tendo em conta o caudal reduzido do rio e ausência de um reaproveitamento racional da água, o que, em época de estiagem, permitia trabalhar apenas durante oito a nove meses no ano. A passagem para a mecanização também não era tarefa fácil, sobretudo em zona rural, do interior, sem colaboração de técnicos experientes. Como bem refere Maria José Santos<sup>15</sup>, «as duas fases de processos de fabrico [folha-a-folha e máquina contínua] correspondem realidades humanas e técnicas diferentes e, sobretudo, diversos tipos de mentalidade». Aparentemente, fora um passo extemporâneo, sem a precaução de se precaver de bases sustentáveis.

Foi a primeira máquina de papel de fabrico contínuo introduzida no distrito de Coimbra, mas o seu “momento de glória” seria efémero, pois por pouco tempo labora em Ponte do Sotam. Tentando superar o desacerto, «sendo sua a máquina, o não era a força motor e o assento da fábrica, por o que dava grossa renda, por isso estava deliberado a removê-la»<sup>16</sup>, segundo o seu argumento, requiere em 1861 licença para poder construir uma fábrica no sítio do Porto do Boque<sup>17</sup>, em Serpins, na margem do rio Ceira, depois de ter ponderado outros locais da região. Apesar de forte contestação de empresários e de residentes das imediações, como relata a imprensa local, institui ali uma nova fábrica de papel. Constrói edifícios, instala máquinas e, anos depois, já em 1868, inicia a laboração. Mas logo nesse ano, perante as dificuldades, trespassa-a, nascendo então a firma Viúva Macieira e Filhos, já referida<sup>18</sup>. Ajustadas as palavras acima citadas de Maria José Santos...

O que restou de Ponte do Sotam seria depois alienado e o seu jovem ex-proprietário, ousado, quiçá imprevidente, José Joaquim de Paula Júnior, filho do fundador, ligava-se à vizinha fábrica da Lousã, quer como accionista, em 1875, quer como colaborador técnico (ou vendedor segundo outra fonte, talvez mais assertiva), no ano seguinte<sup>19</sup>.

Salvador Dali, com o seu génio e a sua “loucura” («a minha única diferença em relação a um homem louco é que eu não sou louco...»), iria retratar de modo sublime estes tempos primórdios da fábrica de Ponte do Sotam num quadro famoso, de que mais adiante versaremos.

### **Industrialização, 1ª fase**

Durante dezassete anos, tantos quanto durou a “Regeneração”, um ocasional período de acalmia política que terminaria em 1868 com a “Janeirinha”, o país consegue alguma modernidade, principalmente em infraestruturas de transportes e comunicações. Mas a industrialização continuava a fazer-se muito lentamente, não acompanhando a de outros países da Europa ocidental.

Coimbra, já ligada por comboio a Lisboa desde 1864 e ao Porto desde 1877, não fugia à regra, embora, após os tempos difíceis por que passara ao longo da primeira metade do século, começava a destacar-se social e politicamente. A sua elite intelectual, buliçosa e irreverente, movendo-se em torno da Universidade, queria ter uma palavra a dizer no desenvolvimento do país. O concelho de Góis vivia igualmente uma época socialmente interessante, com a participação de uma nova burguesia, de casas senhoriais e quintas agrícolas, relacionada com a sociedade da capital do distrito.

Podemos dizer que é nesta época que tem início a industrialização<sup>20</sup> do papel em Ponte do Sotam, com uma unidade papelreira estruturalmente organizada.

No hiato temporal de oito décadas, dos anos 70 aos anos 50 do século seguinte, a vida da empresa atravessa três gerações de uma família com papel preponderante na sociedade local. Dedicando-se com determinação a esta indústria, desligada de quaisquer outras actividades económicas, agrícolas ou comerciais, a gestão será feita, sucessivamente, pelo avô, filho e neto (por curiosidade, todos tendo ocupado as cadeiras da presidência da Câmara Municipal de Góis e da Administração do Concelho), cada um deles deixando vincada a sua presença.

Apenas durante um curto período, nos finais dos loucos anos 20 (nostálgicos sob o ponto de vista cultural, mas economicamente turbulentos, originando a Grande Depressão), esteve alugada a uma firma externa, que, ao que se julga, deixou deliberadamente descambar a empresa, levando-a à paralisação fabril, situação que teve que ser ultrapassada com recurso às vias judiciais.

No início, os terrenos e as antigas instalações são adquiridas por Manuel Inácio Dias, oriundo da região. Aproveitando as infraestruturas existentes e a mão-de-obra já conhecedora da arte papelreira, instala uma máquina contínua plana, vinda da Alemanha (Zeugbüte), de 1,65 m de largura, com oito cilindros secadores a vapor. Complementada com lixiviador, três tinas de colagem, quatro prensas, uma caldeira a vapor, duas calandras, uma cortadeira e uma guilhotina, entre outros equipamentos<sup>21</sup>.

Começa a laborar em 1878. Além de papel de impressão e escrita, branco e de cores, a sua matriz desde o início, produz papel de embrulho, alçaço, manteigueiro, para tabaco e até... "de cores para embrulhar palitos". Como matéria-prima, emprega trapo e aparas de papel. Em 1881 estão registados 80 trabalhadores, dos quais 40 homens, 30 mulheres e 10 menores, trabalhando de sol a sol. Para elas e menores, salários de 80 a 120 réis, para eles, a partir de 160 réis.

Nos finais dos anos 80, o país atravessa um período de grande instabilidade, afectando a economia e, em particular, a actividade das empresas, o que viria a precipitar a grave crise financeira de 1891 e o colapso do sistema bancário. Para fazer face a essa tendência depressiva, Manuel Inácio, numa decisão inteligente e perspicaz, por escritura de 16 de Novembro de 1889, passa a empresa a seus filhos, por os julgar mais capacitados para a gerir, criando uma sociedade por quotas, Dias Nogueira &

Cia. Deles sobressai Francisco Inácio Dias Nogueira<sup>22</sup>, que, pela sua forte personalidade, combatividade e arrojo, se distinguiria, quer como político e jornalista, quer como industrial, «(...) está-lhe designado o lugar de honra que por direito lhe pertence na vida histórica da indústria nacional», escrevia a Revista Industrial<sup>23</sup>, que dedica dois números à unidade fabril de Ponte do Sotam.

Apesar da má conjuntura em que o país permanecia, a empresa é reestruturada, com novos edifícios e equipamentos ajustados às necessidades, aumentando a capacidade de produção para quatro toneladas diárias. Usa a pasta de madeira, pelo menos, depois de 1915<sup>24</sup>. À semelhança de outras unidades papeleiras, também aqui se faz sentir a presença de técnicos estrangeiros: em 1914, Ramon Domenech é o director técnico, que, dois a três anos depois, se transfere para a fábrica da Lousã<sup>25</sup>, e, em 1918, Juan Arnais<sup>26</sup> ocupa esse lugar.

Com as campanhas de África e a guerra na Flandes, muitos homens têm que partir e as mulheres ocupam os seus lugares, manejando elas próprias os equipamentos.

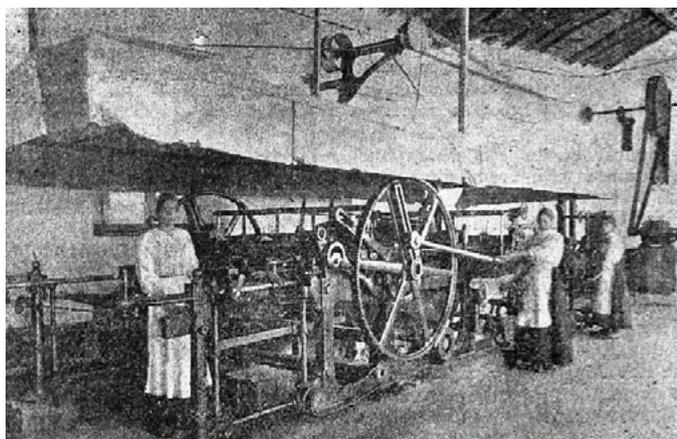


Figura 5

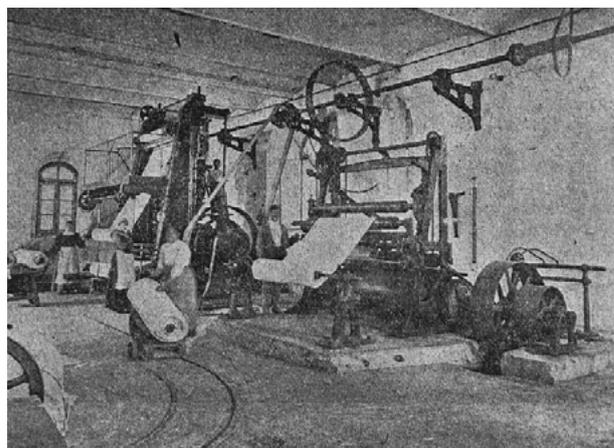


Figura 6

O seu capital fixo era um dos maiores do tecido industrial do distrito de Coimbra, no qual «as fábricas de Papel, dos concelhos da Lousã e de Góis, contavam-se entre as principais unidades [industriais] da área coimbrã»<sup>27</sup>. Tornava-se indispensável mais capital intensivo e daí a necessidade de alargamento da sua base social. Assim, em 1906, por escritura de 13 de Janeiro, constituiu-se em sociedade anónima de responsabilidade limitada, tomando a denominação “Companhia de Papel de Góis, SARL”. Entram novos sócios, quase todos pertencendo à elite da região, e emite obrigações, que eram admitidas à cotação na Câmara dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos de Lisboa.

Entretanto, naquele ano 1906, o comboio chegava à Lousã, facilitando o escoamento dos produtos, um dos obstáculos que dificultava a gestão da empresa, por deficiência de comunicações. E renascia a esperança do prolongamento da ferrovia para mais terras do interior, de que Francisco Inácio era um dos entusiásticos porta-vozes da região.

Não menos relevante, é a construção de uma central hidro-eléctrica, aproveitando-se uma pequena queda de água de 12 m, no rio Ceira, a cerca de 4 km da fábrica, em zona de difícil acesso, inaugurada em 1910, com uma turbina de 175 KVA. Uma decisão arrojada e precoce para a época, que a imprensa destacaria (a produção hidro-eléctrica em Portugal tinha tido início poucos anos antes, em Março de 1894, precisamente com a central do Poço de Agueirinho, junto a Vila Real, no rio Corgo, com uma potência instalada de 120 kW). A força motriz hidráulica, embora pouco onerosa, era desaconselhada pela escassez de água no rio Sotam, nomeadamente tendo em conta a sua necessidade para a agricultura. E a produzida pelo vapor não era a mais indicada, «...atendendo à irregular disposição dos edifícios da fábrica, a instalação de transmissões seria difícilíssima, dispendiosa, e daria lugar a uma constante perda de força considerável.»<sup>28</sup>.

Além de permitir a fábrica laborar com energia eléctrica, passou a fornecê-la também ao concelho de Góis, para iluminação pública, substituindo os antigos lampiões de petróleo, mediante contrato de concessão com a Câmara Municipal. Uma unidade fabril a fornecer energia eléctrica ao Município e não o inverso, não era uma situação normal, provavelmente inédita na época. Góis seria, aliás, a primeira povoação do distrito de Coimbra a ter luz eléctrica, mesmo antes da sua capital. Era um arzinho da segunda revolução industrial a entrar em Ponte do Sotam.

A obra é prosseguida pelo seu filho, Álvaro de Paula Dias Nogueira, que já vinha colaborando como técnico desde 1925. O pai tinha-o orientado para estudar engenharia na Suíça, onde se diplomou na Universidade de Lausanne, e estagiar no estrangeiro em fábricas de papel, o que lhe permitiu acompanhar de perto o desenvolvimento industrial do pós-guerra. Não teria havido muitos empresários, certamente, que nessa altura tiveram essa prudência.

A antiga máquina contínua é substituída por outra, mais moderna, de origem francesa (Angoulême), igualmente de 1,65 m de largura, mas de capacidade de onze toneladas diárias. A central hidro-eléctrica é aumentada com novo grupo gerador, este de 400 KVA, e passa a fornecer energia eléctrica para iluminação pública também à vila da Lousã.

A década de 40, atravessada pela Guerra Mundial, com os problemas económicos e financeiros que lhe estão associados, é igualmente percorrida com alguma perturbação. A que se vem juntar a doença e a morte precoce do seu administrador-gerente, ocorrida em 1951, originando uma difícil sucessão na gestão da empresa. A situação seria ultrapassada por um familiar que, abandonando a sua vida profissional, dispôs-se ficar à frente da empresa, não deixando cair um empreendimento que era o sustento de muitas dezenas de famílias.

## **Industrialização, 2ª fase**

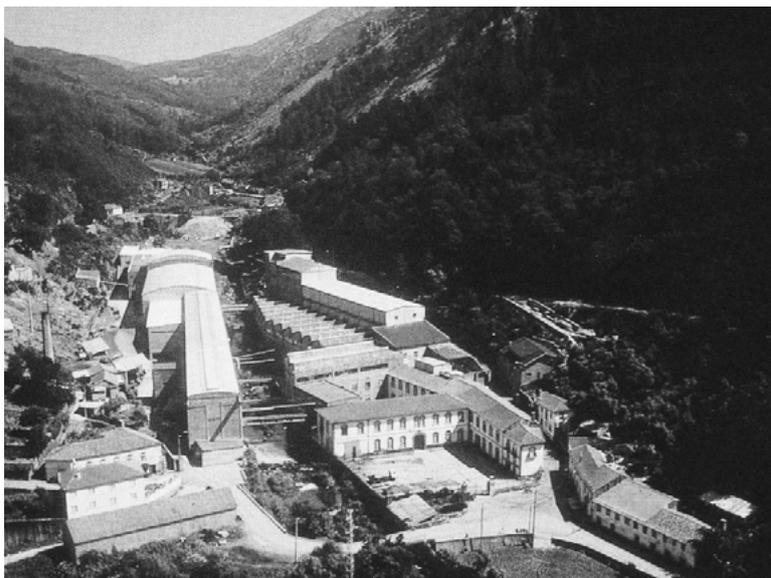
A maioria do capital da empresa é então adquirida por Henrique da Veiga Malta de Paula Nogueira, que iria levar a fábrica a nova fase de desenvolvimento. Com o Estado Novo, tinha terminado o caos financeiro do país, mas a economia continuava estrangulada. No modelo ostensivamente corporativista como era e com um sistema de condicionamento industrial, o Estado exercia ampla autoridade sobre as decisões de investimento privado. Até para o investimento em máquinas e equipamentos destinados a aumentar a capacidade de uma empresa já existente, era necessária a aprovação superior. O primeiro plano de desenvolvimento económico nacional, ainda que tímido, acabaria por ser feito apenas em 1953.

É em 1952-53 que o novo gerente-proprietário, assessorado de técnicos qualificados, se abalança a tomar as rédeas da empresa, recapitalizando-a, melhorando-a tecnicamente e reorganizando-a com métodos de trabalho modernos. A primazia dos seus produtos continua a ser papéis de escrita e impressão, seguido de papéis de registo e de desenho, cartaz, kraft e cartolinas. Compete com os demais fabricantes nacionais, por todo o país, apoiado pela sua distribuidora sediada em Lisboa, A Papeleira de Góis, L.da, com armazéns próprios.

Depois de reestruturada a empresa, é traçado um novo plano de desenvolvimento, assente em dois pilares: uma segunda linha de produção, com melhoria significativa de produtividade e de nível técnico; e a transformação do papel, visando sobretudo os produtos que o país importava e os mercados externos. Priorizando sempre a qualidade, cada vez mais exigida, principalmente pela indústria editora. Obras de prestígio e de luxo são frequentemente impressas nos seus produtos.

O primeiro pilar é concretizado com uma máquina contínua de 2,20 m de largura útil, 220 m/min, permitindo o revestimento do papel, instalada paralelamente à primeira, na margem oposta do rio, com a qual, num primeiro período, se triplicava a produção. Em 1980 são registadas 12 488 toneladas, com 285 postos de trabalho. A área coberta ocupa 15 000 m<sup>2</sup> e os terrenos, adquiridos para futuras expansões fabris e habitações sociais, 20 000 m<sup>2</sup>.

O segundo pilar dá origem a uma nova empresa, de transformados de papel, mais abaixo referida, imediatamente a jusante, recebendo, como matéria-prima, o papel da Companhia de Papel de Góis, onde a electrónica já começa a estar presente. O número de postos de trabalho directos, nas duas empresas, ultrapassa os trezentos trabalhadores.



**Figura 7**

E chegamos aos anos 80, uma década desafiadora para os historiadores, no estudo da sua história social, cultural, política e económica. Relembramos aqui apenas a queda abrupta da actividade económica com multiplicação de falências de empresas, a dificuldade de obtenção de crédito bancário, o recurso ao FMI em 1983, a entrada para a Comunidade Económica, em conjunto com a Espanha, em 1986.

Para poder dar continuidade ao empreendimento e salvar os postos de trabalho, as duas empresas de Ponte do Sotam são integradas no Grupo PORTO DE CAVALEIROS, com sede em Tomar. Mas a falência deste Grupo arrastaria consigo a Companhia de Papel de Góis, que vê terminar definitivamente a sua laboração em 1991.

O fim desta indústria em Ponte do Sotam não deixou naturalmente de originar na região efeitos sociais dramáticos, para além das consequências económicas. A fábrica era o maior empregador, um dos seus principais motores de desenvolvimento. Em 1983, o seu número de trabalhadores representava 80% do total de empregados no sector da indústria transformadora do concelho de Góis<sup>29</sup>.

Ao longo de 170 anos, um pequeno povoado subsistindo da agricultura tinha-se transformado em aldeia predominantemente operária, na qual a fábrica era o elemento fulcral da economia e de união de toda a comunidade local. O camponês tinha virado operário. Novos vocábulos, produtividade, sindicalismo, contrato colectivo, comissão de trabalhadores, capitalismo, justiça social, foram aparecendo à mesa da taberna. Até uma greve, quando decorria o ano 1920, metendo polícia e guarda nacional republicana, de que desconhecemos as razões, certamente por alguns querendo mostrar, nesta pequena aldeia serrana, não serem menos sabidos do que os seus camaradas dos centros urbanos<sup>30</sup>.

A vida social, outrora regradada pelo nascer e ocaso do sol tinha passado a cadenciar-se pelo “relógio da fábrica”. O som da sirene, ecoando pelos montes e vales ao redor, pautava para todos a hora do

trabalho e a hora do descanso, seis vezes ao dia, sete dias na semana, doze meses ao ano.

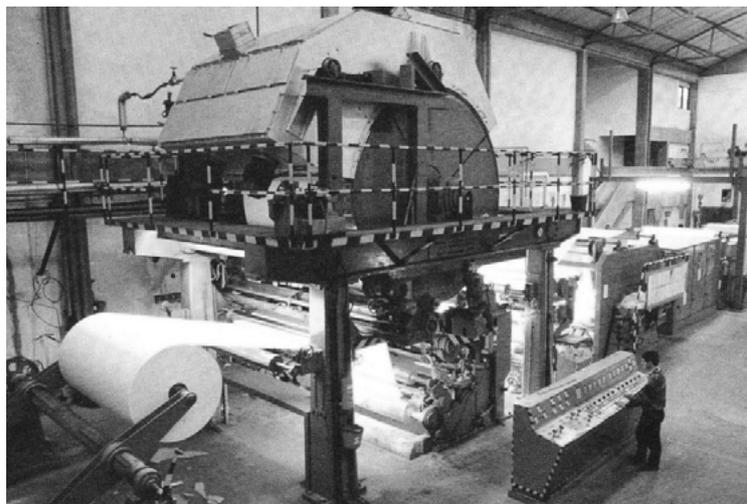
A localidade, aconchegada no silêncio da vivência campestre, passara a conviver quotidianamente com o barulho das máquinas. O ruído constante dos refinadores e dos cilindros, vinte e quatro horas por dia, entranhando-se por todos os recantos da aldeia, fazia parte do seu quotidiano. Sem ele, a vida não era vivida. No amor, na refeição, no arraial, na procissão, no dormir. Contrariamente a outras aldeias serranas, onde se apreciava o sossego e o bucolismo, os habitantes de Ponte do Sotam detinham-se com o silêncio, expectantes, receosos. Ainda hoje, decorridos vinte e cinco anos, os que ficaram e os que tiveram que partir para longe, à procura de um novo emprego, percebem esse ecoar prolongado, ao calcorrear as ruas e vielas da sua aldeia.

### **Parceria com a indústria papelreira espanhola**

Ainda não se vislumbrava a entrada dos dois países ibéricos para a Comunidade Europeia (ambos pediriam a adesão em 1977), quando Ponte do Sotam estabelece uma parceria com a indústria papelreira espanhola, através de “SARRIÓ, Compañía Papelera de Leiza S. A”. Cabeça de um grupo de empresas, SARRIÓ era então um dos mais pujantes grupos de Espanha no sector papelreiro, integrando pasta, papel e transformados, que em Leiza, pequeno povoado na região basca, estava desenvolvendo de raiz um complexo industrial de apreciável dimensão.

Deu origem, em 1971, à formação da “INTAPE-Indústria Transformadora de Papéis de Góis S. A.”, com sede em Ponte do Sotam, de capitais portugueses e espanhóis, incluindo a PORTO EDITORA, que já ocupava um lugar de destaque na indústria gráfica, e, a nível pessoal, técnicos da Companhia de Papel de Góis e da SARRIÓ. O seu objectivo era o fabrico de transformados de papel patenteados pelo grupo espanhol, tendo-se principiado pelos denominados Papéis de Alto Brilho (*cast coating papers*), produtos destinados a atender as exigências das indústrias de impressão, de rotulagem e de embalagem cosmética e farmacêutica, na época totalmente importados.

Após a formação de pessoal operário e outros técnicos em Leiza, a INTAPE começa a laborar em Janeiro de 1973, com uma máquina de 2,40 m de largura. Satisfez-se o mercado nacional e exportou-se o excedente.



**Figura 8**

Outros transformados foram planeados, mas os seus projectos acabaram por não sair do estirador. O declínio da INTAPE acompanhou o da Companhia de Papel de Góis, fornecedora da sua principal matéria-prima, o papel-suporte, e com a qual repartia uma estrutura técnico-administrativo, tendo encerrado em 1992.

Estava perspectivado um futuro interessante para a indústria de Ponte do Sotam, já que se ultrapassava a dificuldade de obtenção de uma economia de escala no fabrico de papel, em parte por escassez de água, e apostava-se na transformação em produtos de maior valor acrescentado e não fabricados em Portugal. Assim não sucedeu, nem sempre o homem põe e dispõe.

### **Persistência da Memória**

Dando crédito à narrativa explanada no livro *Memória Distorcida*<sup>31</sup>, terá sido solicitado a Salvador Dali um quadro memoriando o historial da Companhia de Papel de Góis, pedido feito por Álvaro de Paula, administrador da empresa. Estava-se nos finais dos anos 20, o pintor era então um jovem de 27 anos, começando a afirmar-se nos meios artísticos catalão e parisiense.

Com as informações que de viva voz lhe foram transmitidas, no seu atelier em Portlligat (a sua primeira vinda a Portugal seria só em 1940, de passagem para os Estados Unidos, fugindo à guerra), Dali espelha os aspectos que nessa altura mais identificavam a história da empresa, com o tempo figurativamente metaforizado em relógios deformados.

Foi pintado quando notou, entre as sobras do seu jantar, um queijo camembert a derreter-se. Inspirando-se nessa plasticidade, explora a passagem do tempo com relógios, cada um formatado à sua época. Vinha seguindo com muito interesse as novas teorias de Einstein sobre a relatividade e a relação entre espaço e tempo, o que também terá contribuído para a ideia da deformação de relógios.

A pintura desenvolve-se em redor da figura central, Francisco Inácio, há anos acamado (até à sua morte, que ocorreria poucos meses depois da execução da obra), a quem o filho, Álvaro de Paula, pessoa de grande sensibilidade artística, desejava dedicar o quadro.



**Figura 9**

Em expressão serena, sobressaem os cílios, sugerindo um olho fechado em estado de contemplação, de sonho ou de morte. Com bigode, que sempre fora um traço vistoso do seu visual, e a língua de fora, marcante do sarcasmo e da ironia com que troçava da sua própria morte. Cingido ao corpo, um relógio estendido e quebrado – a fábrica, qual menina dos seus olhos, a que dedicara a vida inteira (viuvara cedo, vivendo desacompanhado desde os 31 anos) estava inactiva há alguns anos. No findar da vida, a sua principal preocupação era reiniciar a laboração, por que vinha lutando com denodo.

À esquerda, no cimo de uma montra, os três períodos que identificavam a empresa até aquele momento. O tempo do fabrico manual e a tentativa frustrada de mecanização, exprimido em relógio rígido, com ausência de ponteiros e de numeração, correspondendo a um passado sem continuidade. A fábrica fora desmantelada e alienada pelo seu proprietário. Coberto de formigas, que Dali, como confessa nas suas memórias, tanto odiava e considerava símbolos da degradação.

O segundo período, o do seu pai, Manuel Inácio, com um relógio deformado, em parte pendente da montra, aguardando a sua restauração. A crise por que passara deixara a fábrica em situação delicada, necessitada de ser remodelada e adaptada a um novo tempo. Uma mosca ali colocada simboliza, na visão facetada dos seus olhos, a sagacidade que o pai teve na passagem da empresa a seus filhos, unindo-os em sociedade familiar (num dos seus livros, Dali não deixa de fazer o elogio das moscas, que inspiravam os filósofos gregos).

Por fim, Francisco Inácio revê-se na árvore seca, com um só ramo, o filho único, Álvaro, seu sucessor. À data, apenas com um neto, que o pequeno galho assinala. No relógio suspenso no corpo, dobrado, a fábrica aguardando o arranque.

Fora do balcão, que expunha o passado e o presente, expressa-se o futuro. A esperança depositada no filho, que tinha enviado para a Suíça, estudar engenharia industrial e estagiar em fábricas de papel, e que estava reestruturando a fábrica. Dele esperava organização, estabilidade, precisão. Magistral, a sua representatividade no rectângulo.

À esquerda da árvore, um pequeno objecto, parecendo uma pedra, que se poderia julgar um detalhe irrelevante. Mas tem a sua explicação. Fora-lhe transmitido que, para a fábrica reabrir, apenas se aguardava uma decisão do Tribunal Administrativo de Coimbra, em fase final de resolução, tal como consta de documentos coevos. Uma pequena pedra no caminho para a reabertura da fábrica. Dali gostava de deixar aos contempladores das suas obras pequenos detalhes, encorajando-os a interpretá-los.

À direita, os rochedos de Portlligat, local onde o pintor vivia, feliz alegoria da fábrica, estrutura sólida, resistente ao tempo e às adversidades. Penedos de Hércules, chamam-lhe os habitantes locais. Naturalmente, emoldurados por água, elemento chave na laboração da fábrica.

Um espaço aclarado, encimando o fundo escuro do quadro, exprime a luminosidade trazida pela nova central hidro-eléctrica, de que ele, Francisco Inácio, fora o seu entusiástico mentor e executante.

Da esquerda para a direita, do relógio rígido, primórdios de um tempo finito, à mancha rochosa, que conforma a robustez da fábrica, a pintura fazia assim reviver aos olhos do seu proprietário, a aproximar-se o seu encontro com a morte, a história da empresa.

O trabalho foi executado no verão de 1931, meses antes do seu falecimento, a 17 de Outubro desse ano. A fábrica recomeçaria a laborar dezanove meses depois, em Maio de 1933, enquanto o quadro seguia para Nova Iorque, adquirido em seguida pelo Museu de Arte Moderna (MOMA), onde se tem mantido exposto até aos nossos dias.

Desde logo, e apesar das suas pequenas dimensões (24 X 33 cm), o quadro sobreleva-se aos olhos dos apreciadores e especialistas de arte, não apenas pela estética, que não nos deixa indiferentes, “mexendo” connosco, mas pelo jogo mental que provoca. Dali, então na vanguarda do movimento modernista, que antecede a arte contemporânea, estava iniciando a sua fase surrealista, embora, para nós, esta pintura, pelo que lhe está adjacente, se deva considerar não incluída nessa corrente artística. Devotava-se ao simbolismo e desafiava os observadores a decifrar as suas alegorias. E diversas leituras, algumas pouco consistentes, se fizeram sobre o quadro.

Salvador Dali denomina-o *La Persistència de la Memòria* – o cliente tê-lo-á requerido para que a memória da empresa persistisse no tempo.

Pelo conjunto de todos elementos que o compõem (nenhum é supérfluo), pela designação que Dali lhe deu, pela data da sua execução, pela lógica (que se deve impor na produção de um discurso

consistente e coerente), tudo conjugado com a análise atenta ao seu enquadramento histórico, que julgamos bem avaliar, poucas dúvidas nos ficam, a nós pessoalmente, sobre o propósito do artista, o de historiar a fábrica de papel.

Não se trata de criarmos um “efeito de verdade”, nem muito menos de fazermos pós-história, esse jargão sem valor epistémico que o ano 2016 nos trouxe. Mas não nos custa adivinhar olhares ou sorrisos condescendentes dos mais cépticos.

A narrativa pode ser considerada ilegítima por alguns, por não ser um relato totalmente testemunhado. Mas, independentemente da “desconstrução” que se queira fazer e do aparecimento de novas leituras, o que mais importante nos faz trazer aqui este quadro é ele nos poder potenciar a memória da indústria papelreira. Tendo tendência ela desvanecer-se no tempo, progressivamente mais veloz, como é o nosso, nada melhor do que uma imagem. Parafraçando Agustina, na imagem aparece a lógica do conteúdo com mais intensidade do que na palavra.

Julgamos não ser demasiado ousado, questionar se ele não poderia ser considerado, numa dimensão histórica e identitária, como ícone da indústria papelreira ibérica. Visto como paradigma de uma empresa (como houve outras mais), com os seus feitos e as suas falhas, as suas venturas e as suas desventuras, enfrentando com persistência e coragem as adversidades e as contingências de cada época. Nesta quarta revolução industrial, em que a robotização e as transformações tecnológicas gradualmente vão “desumanizando” as empresas.

Por outro lado, a arte pictórica, para além de um meio de consciencialização do mundo ou de evasão para a noosfera em que nos inserimos, é um instrumento de prestígio. Cada vez mais presenciamos ser aproveitada como um «elemento-âncora para a criação de marcas ou imagens políticas, mas também frequentemente empresariais». <sup>32</sup> Iguamente nos interrogamos, quando agora se historia o Papel na Península Ibérica, em Santa Maria da Feira, local emblemático da indústria papelreira portuguesa, aconchegado pelo seu espaço de memória, o Museu do Papel Terras de Santa Maria, se a arte ibérica de fazer papel não ficaria bem ancorada a uma das melhores obras de um dos seus artistas mais ilustres.

## **Conclusão**

A indústria de papel de Ponte do Sotam, discreta aldeia do interior Beirão, é o modelo de um empreendimento gerido presencialmente por uma família da elite local, passando por várias gerações, arriscando os seus cabedais, criando postos de trabalho e valorizando a sua terra.

Foi acompanhando as etapas da evolução empresarial e tecnológica. De individual constituiu-se em colectiva, primeiro por quotas, depois anónima de responsabilidade limitada, com novos accionistas, mas sempre sob o domínio da mesma família. De laboração manual passa a mecânica e de energia

hídrica a eléctrica, tendo que recorrer à produção própria, numa época em que as centrais hidroeléctricas ainda davam os primeiros passos no país. Do mercado interno vira-se para os externos. De poucas dezenas de trabalhadores chega às três centenas.

Associa-se aos seus *hermanos* do outro lado da fronteira, criando localmente uma nova empresa, que iniciaria em Portugal o fabrico dos papéis tipo *cast coating*. É de lá, de uma aldeia recôndita da Catalunha, que um dos seus artistas mais famosos, Salvador Dali, ao que se presume, terá retratado a sua história de vida num célebre quadro, enlaçando a arte da pintura com a arte do fabrico do papel.

Na sua média dimensão, nem demasiada pequena nem suficientemente grande que lhe permitisse resistir às cíclicas conjunturas económico-financeiras, é absorvida por um grupo papeleiro de maior dimensão, acabando por sucumbir com a vetusta idade de 171 anos.

*In memoriam.*

## **BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA**

A COMARCA DE ARGANIL, Arganil, nº 989, de 8.4.1920.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão, in *Pergaminho e Papel em Portugal. Tradição e conservação*, CELPA, Lisboa, 1995.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico” in *PASTA E PAPEL, revista*, pp. 29-36, CELPA, Julho 1999.

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de, “A fábrica de Papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 10, pp. 145-150, Porto, 2009.

CASTRO, Armando de, “A vida económica portuguesa do alvorecer do século de oitocentos à revolução liberal de 1820”, in *História de Portugal*, volume 5, pp. 251-272, Publicações Alfa, Lisboa, 1983.

*Documentação coeva da Companhia de Papel de Góis, SARL e da INTAPE - Indústria Transformadora de Papéis, SARL (em poder do autor).*

*Editais*, Administração do Concelho da Lousã, Lousã, 9 de Agosto de 1862.

*Implementação do Nó da REI – Estudo da Região*, ACIBEIRA, Arganil, 1988.

*Inquérito Industrial de 1881*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1888.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal*, p. 565, Livraria Editora de Matos Moreira & C<sup>a</sup>, Lisboa, 1880.

MENDES, José Maria Amado, *A área económica de Coimbra: estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, tese de doutoramento, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1984.

MENDES, José Maria Amado, “História e património industrial do papel: a indústria papeleira no distrito

de Coimbra”, in *ARUNCE - Revista de Divulgação Cultural*, nº 16, pp. 109-120, ed. da Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 2001.

O CONIMBRICENSE, Coimbra, nº 758, de 30.04.1861.

OLIVEIRA, Catarina, *Fábrica de Papel do Boque, Nota Histórica-Artística*, Direcção Geral do Património Cultural, Património Cultural, 2016.

PEREIRA, José Carlos, *O Valor da Arte*, FUNDAÇÃO, Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2016.

RAMOS, João Barreto Nogueira, *Góis, em redor de 12 pessoas (1114-2014)*, Câmara Municipal de Góis, Góis, 2014.

RAMOS, João Barreto Nogueira, *Indústria de Papel em Ponte do Sotam. Contribuição para o seu conhecimento*, edição do autor, Lisboa, 2015.

RAMOS, João Barreto Nogueira, *Memória Distorcida*, Várzea da Rainha Impressores, S. A., Gaeiras, 2016.

REVISTA INDUSTRIAL, Quinzenário Ilustrado, ano I, nºs 8 e 9, Coimbra, 1918.

SANTOS, Maria José Ferreira dos, *A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*, ed. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Santa Maria da Feira, 1997.

SANTOS, Maria José Ferreira dos, “José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII”, in *O Papel Ontem e Hoje*, pp. 41-48, Arquivo da Universidade de Coimbra e Renova, Coimbra, 2008.

SANTOS, Maria José Ferreira dos, *Marcas de Água e História do Papel: a convergência de um estudo*, Cultura, vol. 33, pp. 11-29, 2014.

SANTOS, Maria José Ferreira dos, *Marcas de Água: séculos XIV-XIX*, TECNICELPA - Associação Portuguesa dos Industriais de Celulose e Papel, Tomar, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Santa Maria da Feira, 2015.

## Notas

1 Este texto é suportado pela publicação do autor referenciada em RAMOS, 2015, complementando-a.

2 CASTRO, p. 266. Nas indústrias (artes), para além dos operários, estimavam-se 98 500 mestres e 8 000 aprendizes.

3 SANTOS, 2008, p. 46.

4 CAMPOS, p. 148.

5 Um artesão produzia normalmente seis a oito folhas por minuto (MENDES, 2008, p. 20).

6 «(...) esta personalização do papel, através de uma marca de água própria, sendo objectivamente uma afirmação do fabricante, constitui também uma garantia de qualidade do produto apresentado» (SANTOS, 2014).

7 Casa - antiga designação de Secção.

8 BANDEIRA, 1999, p. 34.

9 *Ibidem*, p. 33.

10 Ao longo do texto, utilizamos indiferentemente os termos Engenho e Fábrica. Segundo Maria José Santos (SANTOS, 1997, p. 58), engenho parecia «ter uma utilização geograficamente circunscrita à localidade onde estava instalado, sendo oficialmente designado por fábrica, independentemente da sua dimensão económica.»

11 MENDES, 2001, p. 115.

12 O CONIMBRICENSE. Em diversa literatura indica-se que esta máquina era a primeira de fabrico contínuo que tinha entrado em Portugal, mas sem se precisar a fonte da notícia.

13 Informação colhida numa publicação, de que perdemos a referência.

14 MENDES, 1984, pp. 187 e 190.

15 SANTOS, 1997, p. 209.

16 O CONINBRICENSE.

17 EDITAL.

18 Não é correcta a informação prestada na publicação de João Nogueira Ramos (RAMOS, 2015, p.15), pelos novos conhecimentos que se têm pelo estudo de Catarina Oliveira (OLIVEIRA).

19 BANDEIRA, 1995, p. 63 e LEAL, p. 564.

20 Consideramos aqui o termo Industrialização no seu sentido restrito: instalação de indústrias fabris, economicamente organizadas.

21 INQUÉRITO INDUSTRIAL.

22 Uma sua biografia encontra-se em RAMOS, 2014, pp. 188-208.

23 REVISTA INDUSTRIAL, 1918, nº 8.

24 MENDES, 1984, p. 189.

25 *Ibidem*, p. 190.

26 REVISTA INDUSTRIAL, nº 9, p. 3.

27 MENDES, 1984, pp. 326 e 327. Segundo Inquérito Industrial (embora de dados indicativos) o capital fixo da fábrica de Ponte da Sotam era de 45 000\$00, valor suplantado apenas pela totalidade do sector de papel do concelho da Lousã (110 000\$00), pela totalidade do sector de vidros do concelho da Figueira da Foz (82 000\$00) e pela totalidade do sector de tipografia no concelho de Coimbra (58 600\$00).

28 DOCUMENTAÇÃO.

29 IMPLEMENTAÇÃO DO NÓ DA REI.

30 A COMARCA DE ARGANIL.

31 RAMOS, 2016.

32 PEREIRA, p. 68.

Este texto não está redigido segundo as regras do Novo Acordo Ortográfico.

## Ilustrações

Figura 1 – Pedra permanecendo num dos edifícios das instalações fabris, actualmente desactivadas.

Figura 2 – Uma das primeiras marcas de água da empresa (BANDEIRA, 1999, p. 34).

Figura 3 – Em documento datado de 1877 (BANDEIRA, 1999, p. 34), com as armas dos senhores de Góis, onde o regime senhorial já tinha sido extinto em 1832, pelo decreto nº 7 de 4 de Abril.

Figura 4 – Em documento datado de 1835 (BANDEIRA, 1995, p. 56), plagiado da marca de Giorno Magnani, conhecido fabricante italiano. Segundo Maria José Santos (SANTOS, 2015), «o prestígio que o papel italiano continuava a ter em Portugal ainda no século XIX explica as indevidas apropriações de uma das marcas de água emblemáticas de Giorgio Magnani, tão assiduamente encontrada nos nossos ar-quivos e fielmente copiada por diferentes fabricantes portugueses.»

Figura 5 – Cortadora (REVISTA INDUSTRIAL de 01.09.1918).

Figura 6 – Calandra e Bobinadora (REVISTA INDUSTRIAL de 01.09.1918).

Figura 7 – Vista geral das instalações fabris da Companhia de Papel de Góis e da INTAPE, nos anos 70.

Figura 8 – Máquina da INTAPE.

Figura 9 – “A Preservação da Memória”, de Salvador Dali (o original a cores é aqui impresso a preto e branco).